

diversas atividades, no sentido de, por um lado, repor a legalidade de algumas situações, e, por outro, potenciar o desenvolvimento económico nos setores abrangidos.

Para alcançar o desiderato previsto no citado regime jurídico, importa adequar os mecanismos necessários, concretamente, a alteração ao instrumento de planeamento em vigor no concelho, vulgo, Plano Diretor Municipal de Barcelos, no que ao seu Regulamento diz respeito.

Nessa medida, urge promover o citado procedimento de alteração.

Assim, e nos termos do consignado nos artigos 76.º e 118.º, do DL n.º 80/2015, de 14/05, no artigo 12.º, do DL n.º 165/2014, de 05/11, com a redação em vigor, e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, proponho que, em sessão pública:

A Exma. Câmara Municipal delibere votar a alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos, nos termos do Projeto anexo, que faz parte da presente Proposta;

De igual forma, a sua submissão a discussão pública, pelo prazo de 15 dias, nos termos do regime excecional e dos preceitos legais que se deixaram enunciados.

25 de janeiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Miguel Jorge da Costa Gomes*.

Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos

Preâmbulo

A atual conjuntura económica, que efetivamente parece querer demonstrar um incremento da produção nacional, no seio do tecido empresarial, encontra por diversas vezes vicissitudes na esfera privada dos investidores, concretamente, ao nível da falta de licenciamento das instalações e edificações, que urge ultrapassar.

Em matéria de incentivos ao desenvolvimento económico, através do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro, encontra-se já estabelecido mecanismo de alavancagem, o qual, designadamente, ao nível das indústrias e das explorações pecuárias, servirá tal desiderato, ao nível concelhio, permitindo nuns casos a regularização e noutros a alteração ou ampliação de instalações existentes, desde que, obviamente, assim seja aproveitado pelos interessados e fomentado pelas administrações municipal e central, sempre que assim o exijam as operações urbanísticas pretendidas legalizar ao abrigo daquele instituto excecional.

É preocupação do Município, simplificar e desburocratizar procedimentos urbanísticos, com claros ganhos de eficiência dos serviços mas também, e sobretudo, de eficiência económica por parte dos particulares. Por outro lado, com a presente proposta de planeamento, cria-se mais um incentivo à regularização de situações de ilegalidade urbanística, através da criação de regulamentação específica, que se materializará com a presente alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal.

A proposta de alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal, foi submetida a discussão pública, não tendo sido rececionadas quaisquer sugestões.

A alteração preconizada visa, com a maior brevidade, estabelecer as condições necessárias à concretização dos pedidos de regularização decorrentes do regime excecional acima referenciado.

Assim, e nos termos do consignado nos artigos 90.º, n.º 1, do DL n.º 80/2015, de 14/05, no artigo 12.º, do DL n.º 165/2014, de 05/11, com a redação em vigor, e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, é aprovada a presente proposta final de alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos.

Artigo 1.º

Aditamento

É aditado ao Título VIII, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Barcelos, sob a epígrafe “Regularizações no âmbito do RERAE”, o artigo 151.º-A, com a seguinte redação:

Artigo 151.º-A

Regularizações no âmbito do RERAE

1 — As operações urbanísticas que se enquadrem no regime extraordinário de regularização de atividades económicas, previsto no RERAE (DL n.º 165/2014, de 5 de novembro), e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em conferência decisória, podem ficar dispensadas do cumprimento, parcial ou integral, das prescrições do PDM que lhes sejam aplicáveis, nos termos definidos nas respetivas atas das conferências decisórias.

2 — O disposto no número anterior vigorará enquanto vigorar o regime excecional nele previsto.

610703156

MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Aviso n.º 13668/2017

Mobilidade interna intercarreiras

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meus despachos de 29 de setembro de 2017, foram autorizadas as mobilidades internas intercarreiras dos assistentes operacionais, Ana Luísa Oliveira dos Santos Pereira Martins e Domingos Alberto Condeixa Cação, para funções inerentes à categoria de assistente técnico na carreira de assistente técnico, nos termos previstos no artigo 93.º e do n.º 1 do artigo 97.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a partir de 01 de outubro de 2017, pelo período máximo de 18 meses, com a remuneração acrescida para o nível remuneratório superior mais próximo daquele que corresponde ao seu posicionamento na categoria de que é titular.

25 de outubro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos António Pinto Coutinho*.

310892713

MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 13669/2017

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e Nomeação do Juri do Período Experimental — Assistente Operacional

Em cumprimento com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, aberto por aviso n.º 8464/2016, publicado no *Diário da República* n.º 128, 2.ª série, de 6 de julho de 2016, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado, com Célia Maria Mendes Duarte Vaz Silva e Vera Cristina Peres Valente Ramos, com a remuneração mensal correspondente ao nível 1 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, ao qual está associado o montante pecuniário de 557€, na sequência de recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal mencionado em epígrafe.

Para os efeitos previstos no artigo 46.º da Lei n.º 35.º/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o júri do período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Teresa Maria de Jesus Antunes, Chefe da Divisão Educação, Cultura, Desporto e Ação Social, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Vogais efetivos — Guiomar dos Santos Oliveira Afonso, Assistente Técnica e Maria Madalena Nascimento Duarte Salavessa, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Castelo Branco.

O período experimental que teve início a 2 de outubro de 2017, tem a duração de 90 dias, e será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (0,50 \times ER) + (0,40 \times R) + (0,10 \times FP)$$

sendo que:

CF = Classificação final

ER = Elementos recolhidos pelo Júri

R = Relatório

FP = Formação Profissional

30 de janeiro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel dos Santos Correia*.

310891182

MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

Aviso (extrato) n.º 13670/2017

Por despacho do Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos de 23/08/2017, no uso da competência delegada, foi renovada a comissão de serviço da Técnica Superior Eng.ª Manuela Maria Gomes Moreira no cargo de Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação desta Autarquia, pelo prazo de três anos a contar de 02/11/2017, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de agosto de 2017. — O Vereador, *José Manuel Moreira de Carvalho*.

310849873